

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO EXTRATIVISMO DE MANGABA (*Hancornia speciosa* GOMES) EM RIO PARDO DE MINAS, MG

Sueli Matiko Sano¹; Isabela Lustz Portela Lima²; João Roberto Correia³

¹ Bióloga, Dra em Ecologia, Embrapa Cerrados, Planaltina, DF, sueli@cpac.embrapa.br; ² Bióloga, mestranda em Ecologia, isabela_lustz@yahoo.com.br; ³ Engenheiro Agrônomo, Dr em Etnopedologia, Embrapa Cerrados, Planaltina, DF, jroberto@cpac.embrapa.br

RESUMO: O município do Rio Pardo de Minas, ao Norte de Minas Gerais, está ocupado pelo eucalipto para produção de carvão, na maioria, em terras públicas concedidas para empresas florestais. Este trabalho faz parte de um projeto amplo junto aos agricultores familiares, os geraizeiros, cujas práticas agrícolas são históricas. O local de estudo destaca-se pela importância de áreas de extrativismo para a vida da comunidade de Água Boa 2, situado na sub-bacia do rio Água Boa. O objetivo deste é desenvolver estratégias para o aproveitamento dos recursos naturais do local de forma participativa, compatíveis com a conservação e uso da biodiversidade. Para tanto, a coleta de mangaba foi acompanhada no ano de 2006. Foi colhido 873,5 kg de mangaba da comunidade Água Boa 2, do total de 996,5 kg colhido no município para Cooperativa de processamento de polpa de fruta. Perdeu-se 28% da fruta obtida pela comunidade acompanhada, desde a entrega dos frutos pelos coletores até o beneficiamento na fábrica. Foram discutidas as causas das perdas, os ajustes a serem feitos entre os extrativistas e a Cooperativa para aumentar a eficácia no processo, repartição das perdas e dos benefícios entre as partes. O transporte da fruta, muito perecível, é uma das limitações para que o aproveitamento da produção de mangaba seja mais eficiente.

Palavras-chave: extrativismo, uso, biodiversidade.

Introdução

Os agricultores tradicionais da região Norte de Minas Gerais, habitam os vales onde cultivam hortaliças, feijão, arroz, milho e outros. Antigamente, ocupavam também as encostas com roça, cultivo de café sombreado, criação de pequenos animais e usavam a vegetação natural nas chapadas para criação de animais à solta, coleta de frutos, madeira e ervas medicinais.

Esse sistema foi desestruturado com a ocupação de eucalipto nas chapadas de uso coletivo. A área disponível ao uso para os habitantes locais ficou restrita aos vales e houve diminuição da quantidade de água e dos cursos d'água devido a mudança de cobertura vegetal. Muitas áreas públicas do município de Rio Pardo de Minas sob a responsabilidade do governo do Estado foram arrendadas na década de 1970 para plantio de eucalipto, com os incentivos do Governo Federal, para produção de carvão vegetal visando o abastecimento da indústria siderúrgica do Estado.

A maior parte da mão de obra rural do município ocupa-se com a lavoura (65 %) e muito pouco com a produção de carvão (1,3%) e a silvicultura (5,6%) (IBGE, 1996). Os empregos formais do setor silvicultura, da agricultura e pecuária alcançaram apenas 9% no ano 2000 (SEBRAE, 2003), indicando que a produção agrícola está voltada para o consumo familiar.

A comunidade Água Boa 2, ainda dispõe de área de chapada do Estado onde coletam frutos e plantas medicinais para uso e comercialização em pequena escala. A área é usada também como pastagem para gado e extração de madeira e lenha. Nesse bem comum, os usuários geram adversidades na exploração, pois o manejo para obter forragem afeta negativamente a produção de frutos. Essa comunidade foi escolhida para desenvolver, de

forma participativa, estratégias para o uso econômico e manejo dos recursos florestais, compatíveis com a conservação da biodiversidade.

Dentre os frutos coletados na comunidade, a mangaba é comprada, processada e comercializada pela Cooperativa de Agricultores e Agroextrativistas Grande Sertão, situada em Montes Claros. Esta Cooperativa foi fundada em 1995, com foco na Agroecologia, regionalidade e a inserção social e econômica dos agricultores familiares. Seu trabalho central é organizar a produção, fazer o beneficiamento e encaminhar o produto para o mercado. Atualmente são comercializadas 17 variedades de polpas congeladas de frutas do Cerrado e da Caatinga, além do óleo de pequi, rapadurinha, farinha e mel. Esses produtos são oriundos de 148 comunidades de 17 municípios do Norte de Minas Gerais (Gonçalves e Rosa, 2005).

Material e Métodos

Área de estudo

A comunidade Água Boa 2 situa-se a 18 km da cidade, cerca de 820 m de altitude, na parte superior da Bacia do Rio Água Boa. É uma das 96 comunidades do município Rio Pardo de Minas, MG, com uma população estimada de 28 mil habitantes no ano 2000 (IBGE, 2004). A comunidade é constituída de cerca de 400 habitantes distribuídos em 80 famílias, sendo que 40 % da população tem idade inferior a 18 anos (Sebrae, 2003). As famílias praticam agricultura de subsistência e algumas obtêm renda complementar do artesanato com barro e com palha da palmeira “licuri” (*Syagrus* spp) e da venda de frutos de espécies nativas para Cooperativa Grande Sertão, situado a 276 km da cidade em Montes Claros, MG.

O extrativismo, principalmente de frutos de pequi, mangaba e espécies medicinais, é realizado na área de reserva, denominada Areião, situado a 1017 m de altitude, com cerca de 4 mil hectares de vegetação nativa (Correia, 2005). É também usada para criação de gado solto, coleta de madeira para lenha e carvão. Esta área de uso coletivo foi mantida, após manifestação pública dos agricultores das comunidades de Água Boa e Riacho de Areia com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo, contra a concessão pretendida por um fazendeiro, para plantio de eucalipto.

Esses agricultores compreendem que a diminuição do volume nos cursos d'água se deve ao plantio de eucalipto nas chapadas onde estão as nascentes. Portanto, o Areião é uma área muito importante para a comunidade, pois é um dos poucos remanescentes de vegetação nativa que não foi convertida em área de eucalipto. Para essa, área pretende-se a criação de uma Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável pelo Ministério do Meio Ambiente, englobando áreas mais extensas como as baixadas com os moradores. A vegetação se caracteriza por uma transição entre cerrado e caatinga.

Coleta de dados

Os dados foram coletados através da observação participante e da realização de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (Albuquerque e Lucena, 2004). As observações foram feitas acompanhando-se os extrativistas durante dois dias de coleta de frutos de mangaba no Areião até a entrega à Cooperativa Grande Sertão, para estudar o potencial e as limitações dessa atividade.

As entrevistas estruturadas foram realizadas individualmente, nas residências dos extrativistas. O objetivo dessas entrevistas foi conhecer quem eram os extrativistas e verificar quais as frutas nativas da região que eram consumidas e comercializadas.

Os dados de coleta de mangaba e rendimento em polpa foram obtidos na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Rio Pardo de Minas, situada a 18 km da comunidade. O preço

fixado para cada quilograma de fruta foi de R\$ 0,40, a ser buscado na comunidade. Os agricultores receberam o pagamento somente em fevereiro, ou seja, após 3 meses. Posteriormente, em abril de 2007, foram discutidas as mudanças necessárias para próxima safra de mangaba.

Resultados

Os extrativistas

A comunidade se organizou em um grupo, por intermédio do Centro de Agricultura Alternativa de Montes Claros - CAA, para coletar frutos nativos para Cooperativa Grande Sertão. O grupo teve início com dez famílias, sendo que destas, sete permanecem na atividade extrativista, das quais, cinco famílias são representadas por mulheres (idade entre 25 e 38 anos) e duas são representadas por homens (idade de 51 e 54 anos). Os extrativistas do grupo coletam frutos tanto para consumo interno quanto para comercialização. As espécies frutíferas mais coletadas são: pequi (*Caryocar brasiliense*), mangaba (*Hancornia speciosa*), rufão (*Salacia crassifolia*), araticum (*Annona crassiflora*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), cajuzinho do cerrado (*Anacardium humile*) e coquinho azedo (*Butia capitata*). Destas, apenas o pequi e a mangaba são comercializadas.

Coleta da mangaba

A cooperativa forneceu as caixas plásticas para acomodar as frutas para seu transporte. No dia 14 de novembro de 2006, os extrativistas reuniram-se e formou-se um grupo de 5 mulheres e um homem e mais três participantes do projeto que acompanharam a coleta de mangaba no Areião (chapada). As caixas foram levadas até área local de coleta da fruta. O percurso foi realizado a pé, um trajeto bastante íngreme (Figura 1).



Figura 1. Agricultoras a caminho para coleta de mangaba no Areião.

As instruções dadas pela cooperativa a serem seguidas durante a coleta foram: escolher as árvores com frutas já maduras no chão, cuidado para não derrubar as flores, não quebrar galhos, pegar as frutas sem deixar cabinho (pedúnculo).

As frutas foram colhidas subindo-se nas árvores ou as que estivessem ao alcance (Figura 2 e 3), colocadas em sacos e depois transferidas para caixas. Não foram colhidas todas as frutas da árvore: por não alcançá-las ou por estarem muito verdes. As caixas com mangaba foram carregadas por duas pessoas, cada uma segurando uma alça, e também por um carrinho de mão (Figura 4) até o local acessível para carroça. Desse local, o transporte foi feito com um burro até o galpão protegido, ponto de entrega. Na manhã seguinte, retornou-se para coleta na encosta, antes do Areião. Desta vez, a coleta foi individual e cada pessoa trouxe nas costas o que se obteve (Figura 5).

As caixas foram identificadas por coletor ou família ou grupo, acomodadas para transporte em caminhão fechado, sem refrigeração. O veículo também busca a produção obtida em outras comunidades, antes de alcançar a unidade de processamento de polpa, da Cooperativa Grande Sertão em Montes Claros, MG, que dista cerca de 300 km.

Não foi avaliada a eficiência da coleta, realizada de três maneiras: do chão, subindo na árvore ou jogando-se a fruta no chão para ser recolhido. É muito provável que o último seja mais rentável, se houver biomassa sobre o solo que diminua o impacto na queda da fruta.

O ponto adequado de coleta é identificado pelos mais experientes, pela mudança no brilho da fruta. As frutas maduras no chão indicam também que as frutas já podem ser coletadas, no entanto, isso não é possível de se detectar em áreas onde o gado está presente, pois a fruta madura constitui-se de alimento para esse animal.



Figura 2 e 3. Agricultores na colheita de mangaba.



Figura 4 e 5. Transporte de frutas para local de entrega.



Figura 6. Caixas de mangaba acondicionadas no caminhão.

Produção de mangaba

Foram colhidos 873,5 kg de mangaba na comunidade Água Boa 2 para a Cooperativa Grande Sertão, dos quais, apenas 616 kg foram processadas para polpa, tendo uma perda de 28%. Os agricultores receberam R\$0,40 para cada quilograma processada, tendo uma arrecadação de R\$246,40 em um dia de trabalho, correspondendo a dois dias consecutivos: uma tarde e uma manhã de trabalho. Considerando a participação de sete pessoas, de cinco famílias, a renda média foi de R\$35,00 por pessoa por dia.

No entanto, na Figura 7, observa-se variação no ganho entre os extrativistas. São mostrados dados sem distinção de coletor, podendo ser individual, de família ou de grupo. Houve baixa renda como o coletor A, que recebeu R\$2,00, enquanto os coletores F e G arrecadaram mais de quatro vezes pela mesma quantidade de frutos colhidos.

Os coletores de “A” até “T” podem ser considerados de coleta individual, pois dificilmente um extrativista terá condições de carregar mais de 40 kg nas costas, percorrendo o trajeto sem auxílio. Do “J” ao “R” correspondem às famílias, duplas ou pequenos grupos formados com o mesmo CPF, forma de registro solicitado pela Cooperativa. O coletor “S” corresponde à coleta em grupo, formado de sete extrativistas, resultando em R\$4,28 por pessoa por uma tarde de trabalho.

Em apenas uma família, três pessoas participaram da coleta. Em geral, apenas uma pessoa adulta por família saiu para a coleta de cada vez, nos dois dias. Como há coletas independentes incluídas nos dados apresentados no gráfico, a análise detalhada fica invalidada.

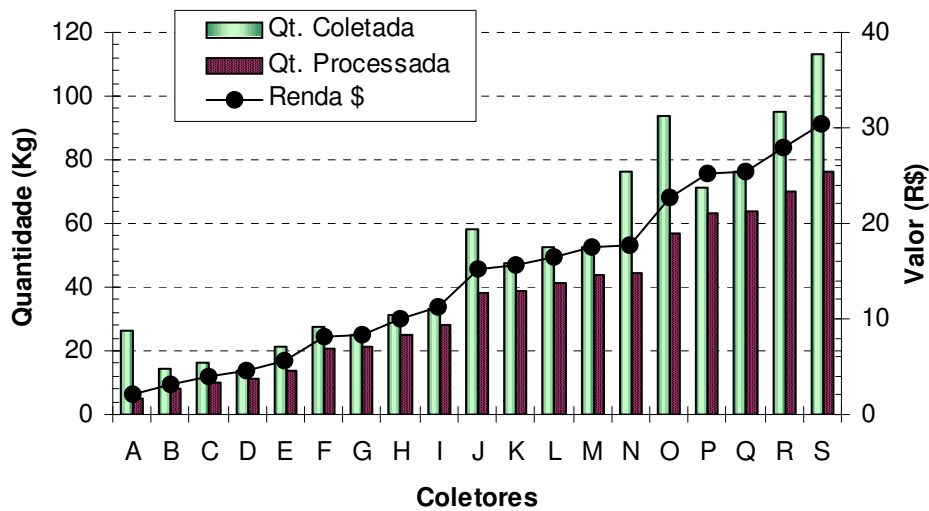


Figura 7. Quantidade de frutos de mangaba coletada, quantidade de polpa processada e renda obtida (R\$) pelos coletores individuais, familiares e grupo de extrativista da comunidade de Água Boa 2, em dois dias.

Discussão

A participação de pessoas sem condições físicas não é possível, devido à distância e dificuldade de acesso ao local de coleta de mangaba. Essas condições desfavorecem a atividade extrativista familiar, incluindo crianças, como relatada por Schmitz et al. (2006) no Nordeste brasileiro. No entanto, foi interessante observar o convívio entre indivíduos adultos na comunidade, onde a atividade extrativista proporcionou convivência entre pais e filhas adultas, mas distanciou indivíduos muitos jovens de seus genitores.

O baixo retorno financeiro obtido na coleta de mangaba desagradou alguns extrativistas, demonstrada durante as entrevistas realizadas. No entanto, a maioria manifestou disposição para coletar mangaba novamente, se tivesse essa oportunidade de obter renda, mesmo que fosse bastante trabalhosa. Diz uma agricultora: “a renda é pouca, mas já ajuda”. Nem todos os extrativistas estavam presentes nessa reunião, realizada em abril do mesmo ano. O coletor que teve 10% da sua coleta remunerada esteve ausente.

A renda líquida do extrativista foi a quantidade de fruta transformada em polpa, sendo considerada perda os frutos que não amadureceram e os que não permaneceram inteiros até a lavagem e saneamento. Os extrativistas consideraram injusta a forma de pagamento, pois o valor estabelecido por quilo do produto foi baixo e perda não foi dividida. Eles não se consideraram totalmente responsáveis pela perda, pois o manuseio e as condições de transporte também afetam a integridade da fruta. Comentou-se a necessidade de melhor remuneração, além de repartição da perda e de responsabilidade no transporte da fruta até a unidade de processamento.

A quantidade de frutos de mangaba do município de Rio Pardo de Minas no ano de 2006 não atingiu uma tonelada, mas essa parte comercial do extrativismo pode ser considerada significativa para as poucas pessoas envolvidas, durante tão poucos dias. A oferta de frutos nesse ano foi maior que a capacidade de exploração devido às dificuldades de transporte, distância e disponibilidade de coletores. A importância sócio-cultural do extrativismo (Reis, 2006) e a dependência da conservação dos recursos naturais dos agricultores familiares (Clement, 2006) desta comunidade ficou evidente.

Tendo em vista a rápida conversão de áreas naturais, o uso de produtos florestais não madeireiros (PFNM), como por exemplo, os frutos nativos do cerrado, se configuram como

uma forma de conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida das comunidades extrativistas. O extrativismo comercial de PFM oferece incentivo econômico para a conservação da biodiversidade, pois protege as florestas contra os usos destrutivos, através de atividades como agricultura e pecuária (Ticktin, 2004). Além disso, à medida que os recursos naturais não madeireiros passam a gerar renda para as comunidades, eles são mais valorizados, e isso contribui para a sua conservação (Carvalho, 2007).

No caso desta comunidade o extrativismo constitui também uma forma de ocupação da terra, que garante além de fontes alternativas de renda, uma área de captação de água das chuvas, garantindo assim o abastecimento de água para os cursos de água do local. Uma parte da produção de alimentos para subsistência é cultivada nos vales, onde há disponibilidade de água durante o período seco do ano. Entretanto, observa-se a necessidade de melhorias no processo de modo a estimular a coleta da mangaba como uma atividade rentável e também estudar o manejo dos recursos naturais da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P. Métodos e técnicas para coleta de dados. In: ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: Livro Rápido/ NUPEEA. p.37-62. 2004.
- CARVALHO, I.S.H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. 2007. (Dissertação de Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- CORREIA, J.R. **Pedologia e Conhecimento Local: Proposta Metodológica de Interlocução Entre Saberes Construídos por Pedólogos e Agricultores em Área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG**. 2005. 234 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.
- GONÇALVES, B.; ROSA, H.S. Cooperativa Grande Sertão: articulando populações e diversidades do Norte de Minas Gerais. **Agriculturas**, n.2, v.2, p.17-21. 2005.
- REIS, M.S. dos. Extrativismo no sul e sudeste do Brasil: caminhos para a sustentabilidade sócioambiental. In: KUBO, R.R.; BASSI, J.B.; SOUZA, G.C.; ALENCAR, N.; MEDEIROS, P.M.; ALBUQUERQUE, U.P. (Org.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. V.3. Recife: NUPEEA/ Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 2006. p.115-128.
- CLEMENT, C. R. A lógica do mercado e o futuro da produção extrativista. In: KUBO, R.R.; BASSI, J.B.; SOUZA, G.C.; ALENCAR, N.; MEDEIROS, P.M.; ALBUQUERQUE, U.P. (Org.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. V.3. Recife: NUPEEA/ Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 2006. p.135-150.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J.F. da. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006, Brasília, DF. 15p.
- SEBRAE-MG. **Diagnóstico municipal - Rio Pardo de Minas**. Montes Claros, SEBRAE-MG, 2003. (Programa Grande Sertão). 1 CD-ROM.
- TICKTIN, T. The ecological implications of harvesting non-timber forest products. **Journal of Applied Ecology**, n.41, v.1, p.11-21.2004.